



QUESTÕES EM PROL DA SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

ISSUES FOR SUSTAINABILITY: DECOLONIAL REFLECTIONS AND PERSPECTIVES

Bruno Nicanor Mello da Silva - Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, Campus I, R. Gonçalves Chaves, 373 - Centro, CEP 96015-560, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: brunonmellodasilva@gmail.com

Fátima Giovana Tessmer Santin - Engenheira Agrônoma, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Rua Gomes Carneiro, 01 - Centro, CEP 96010610, Pelotas, Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: santinfgt@gmail.com

RESUMO

Considerando nossas vivências no movimento que se propõe a construir um projeto agroecológico na região sul do Rio Grande do Sul, visualizamos um contexto de disputas e contradições. Pensando sobre os projetos de extensão universitária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da última Conferência das Nações Unidas, o objetivo deste ensaio é trazer algumas reflexões que temos considerado relevantes para avançar nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Através da contextualização socioeconômica e de um giro decolonial, tentamos trazer problemas que entendemos como centrais na realidade social latino-americana, a partir deste pano de fundo, trouxemos autores e autoras que realizaram um movimento epistemológico fundamental para os desafios do século XXI. Ao fim, levantamos algumas questões, tendo em vista a problemática apresentada.

Palavras-chave: decolonialidade; extensão universitária; sustentabilidade crítica.

ABSTRACT

Considering our experiences in the movement that proposes to build an agroecological project in the southern region of Rio Grande do Sul, we visualize a context of disputes and contradictions. Thinking about university extension projects and the Sustainable Development Goals of the last United Nations Conference, the objective of this essay is to bring some reflections that we have considered relevant to advance the debates on development and sustainability. Through socio-economic contextualization and a decolonial turn, we try to bring problems that we understand as central in Latin American social reality, from this background, we bring authors who carried out an epistemological movement fundamental to the challenges of the XXI century. At the end,

we raise some questions, in view of the presented problem.

Keywords: decoloniality; university extension; critical sustainability.

INTRODUÇÃO

Na cidade de Canguçu, no Rio Grande do Sul, desde 2016, mais especificamente no Centro de Treinamento para Agricultores de Canguçu (CETAC) da EMATER/RS, funciona a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASul), na qual ambos autores aqui presentes atuam. Neste espaço, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) teve diferentes projetos de extensão universitária, como este de 2017 intitulado “Escola Família Agrícola da Região Sul: Uma Utopia Viável” iniciado em 06 de fevereiro e finalizado em 31 de dezembro do mesmo ano, relacionado a área de Ciências Humanas e com eixo temático principal em Educação. Posteriormente, houve outro chamado “EFASul - Formação de Professores e Corporeidade”, da área de Ciências Humanas, iniciado em 26 de fevereiro de 2018 e concluído em 31 de dezembro de 2019, com eixo temático principal em Educação e Meio Ambiente. Podemos citar, ainda, um artigo da Revista Expressa Extensão da UFPEL publicado recentemente, intitulado “Visões do Rural: uma exposição virtual como prática de curricularização da extensão em tempos de pandemia” de autoria de Rodrigues *et al.* (2022). Atualmente, está em andamento o projeto da UFPEL denominado “Experiências Pedagógicas da Educação Física na Educação do Campo” iniciado em 15 de março de 2021 e com término previsto para 15 de agosto de 2023, na área de Ciências da Saúde, com eixo temático principal em Educação e Trabalho. Nota-se, constante presença de trabalhos de extensão universitária que contribuem com a escola, e que as fronteiras das áreas do conhecimento são flexíveis.

Nas primeiras décadas do século XX, houve um esvaziamento do meio rural, acompanhado pela industrialização da França. O Estado não assistia a população do campo, e a juventude acabava migrando para a cidade. Neste contexto, surgiram movimentos e iniciativas para demandar uma educação no/do campo. Assim, na tentativa de suprir tal necessidade veio a surgir o que hoje chamamos de *Pedagogia da Alternância* (CALDART, 2012), que visa estabelecer uma articulação entre as propriedades rurais e o espaço da escola, alargando as possibilidades de dar continuidade ao trabalho na localidade onde mora e no diálogo entre saberes locais e àqueles da escola. Neste processo, foram surgindo experiências que motivaram, ao longo do tempo, a formulação das chamadas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) por todo mundo. No Brasil, as EFAs surgiram na década de 1960, no Estado do Espírito Santo, em meio à ditadura militar, tendo que confrontar o desinteresse com o projeto por parte do Estado, bem como, a perseguição política aos líderes destas iniciativas. No Rio Grande do Sul, atualmente, existem quatro experiências em andamento, são elas: *EFASC*, em Santa Cruz do Sul; *EFASOL*, no Vale do Sol; *EFASERRA*, em Caxias do Sul e *EFASUL*, em Canguçu. A última, surgiu a partir do Fórum da Agricultura Familiar em meados de 2013, por um grupo heterogêneo, formado por pessoas ligadas a diferentes movimentos sociais, organizações não governamentais, instituições públicas e etc.

Estes espaços, historicamente, surgem visando a permanência das populações no campo, como dito anteriormente. É necessário entender que espaço é este, o campo¹, e que este é

¹Segundo Lefebvre (2008), a separação entre cidade e campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho. Esta divisão atribui funções diferentes a estes espaços, que conforme o autor, nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o.

também um eixo de disputa². No capitalismo, há uma divisão social do trabalho³. No clássico *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano escreve que a divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Caio Prado Jr., historiador brasileiro, desenvolveu o conceito de “sentido da colonização”, defendendo a tese de que o colonialismo desenvolveu mecanismos de controle socioeconômicos para os países colonizados, no caso do Brasil com a produção agrícola. O maior sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, produziu a categoria “capitalismo dependente”, que ampliou tal processo. O que estes proeminentes estudiosos abordam é, em síntese, o colonialismo, que mudou de forma, mas não acabou. O agronegócio detém domínio do campo, e é um dos principais ramos da economia brasileira, numa divisão internacional do trabalho estabelecida historicamente (LÖWY, 2014).

Neste cenário, temos ainda outro aspecto primordial, que é o modelo de produção agrícola capitalista e a ideia de desenvolvimento baseada somente no crescimento econômico, marcado historicamente através da chamada Revolução Verde (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), na década de 1950, a qual contrapunha a Revolução Vermelha nas disputas de projetos societários envolvendo a guerra fria, a primeira defendia uma *Modernização Conservadora*, dizendo que a fome e a miséria eram resultados de uma reduzida capacidade técnico-científica, já a segunda dizia tratar-se de uma transformação nas relações sociais e de poder (PORTO-GONÇALVES, 2013). O modelo de produção, e de resolução de tais questões, baseado na perspectiva da Revolução Verde tem sido negado pela própria história, os problemas territoriais, humanos, sociais, ecológicos se tornaram mais preocupantes, a fome e as mudanças climáticas estão pulsando, sendo urgente o debate sobre sustentabilidade, foi assim que no ano de 2012, no Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e nasceram os *17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável* (ODS).

Considerando nossas vivências no movimento que se propõe a construir um projeto agroecológico na região sul do Rio Grande do Sul, e estando em Canguçu, um local com cerca de dezesseis assentamentos da reforma agrária, dezesseis quilombos, aldeia indígena Tekoá Guajuvy Poty (Flor de Guajuvira), grande número de minifúndios com agricultura familiar e camponesa, e conhecendo a realidade atual de educandos(as) que fazem parte da EFASul, moradores(as) de Amaral Ferrador, Eldorado do Sul, Herval, Morro Redondo, Pelotas e Pinheiro Machado, visualizamos um contexto de disputas e contradições, e pensando sobre os projetos de extensão universitária e os ODS que, assim como nós, buscam promover mais sustentabilidade, o objetivo deste ensaio é trazer algumas reflexões que, a partir de nossas vivências, temos considerado relevantes para avançar nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO À LUZ DA MATRIZ COLONIAL DE PODER

No final da década de 1990 foi constituído o *Grupo Modernidade/Colonialidade* (M/C), um acontecimento relativamente recente, em que pesquisadores(as) latino-americanos(as), realizaram um “movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI” (BALLESTRIN, 2013). Consideramos essenciais muitos elementos trazidos e reforçados por estes autores, elementos que não começaram com tal grupo, embora

² No eixo identificado como campo, entendemos que o confronto específico fundamental é o que se expressa na lógica incluída nos termos “agronegócio” e “agricultura camponesa”, que manifesta, mas também constitui, em nosso tempo, a contradição fundamental entre capital e trabalho (CALDART, 2012).

³ Apenas trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias e a mercadoria é a forma elementar do capitalismo (MARX, 2017).

o mesmo tenha elevado expressivamente o alcance e a potência teórica do “pós-colonialismo”⁴. A crítica ao antagonismo entre colonizador e colonizado tem como autores seminais do que veio a ser chamado de descolonialidade ou decolonialidade, Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008) e Albert Memmi (1920-2020), a “tríade francesa”. Embora existam outras e outros, inclusive brasileiros, que refletiram sobre isto, mas foram e são invisibilizados, demandando esforços para descobri-los(as). Para melhor demonstrar a força e a necessidade destas questões, damos a palavra a Césaire:

Ouçõ a tempestade. Falam-me do progresso, das ‘realizações’, das doenças curadas e dos níveis de vida elevados além de si mesmos.
 Mas eu falo de sociedades esvaziadas de si mesmas, culturas pisoteadas, instituições solapadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas destruídas, possibilidades extraordinárias suprimidas.
 Eles me jogam na cara os fatos, as estatísticas, os quilômetros de estradas, canais e ferrovias.
 (...) Mas eu falo de economias naturais, economias harmoniosas e viáveis, economias na medida do homem indígena que foram desorganizadas, culturas alimentares destruídas, subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrópoles, roubo de produtos, roubo de matérias-primas (CÉSAIRE, em “Discurso sobre o Colonialismo”).

Fica evidente, que há contrapontos sobre muitos aparentes consensos em nossa sociedade, o que nos ajuda a entender essa pluralidade é o pensamento de autores do Grupo M/C. Segundo Mignolo (2017), antes de 1500 havia uma ordem mundial policêntrica e não-capitalista, e de 1500 a 2000 houve transformações que ocasionaram numa ordem monocêntrica e capitalista, este período é chamado de modernidade, partindo de uma divisão periódica da história da Europa, em que a América Latina só entra na história em 1500, ora, como defende o filósofo Enrique Dussel, este continente não foi “descoberto”, mas “encoberto”, pois existia antes de entrar na história do centro do capitalismo (WALLERSTEIN, 1974), portanto, é preciso construirmos uma história mundial (DUSSEL, 1994).

A colonialidade é um conceito que nomeia as racionalidades subjacentes da civilização ocidental, centro do capitalismo, da qual os colonialismos têm sido uma parte constituinte, ou seja, não há modernidade sem colonialidade (MIGNOLO, 2017). Vivemos tensionados por esta dinâmica em nosso país, que como escreveu Machado de Assis “não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu país. O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco”, eis uma honesta e histórica representação do que tratamos aqui. Algumas das concepções decoloniais, partem da afirmação de que há uma *Matriz Colonial de Poder*, que constrói o domínio do espaço, do tempo, do poder, do saber, e que nos impele a agir de forma muitas vezes inconsciente e acrítica, constituindo atitudes e práticas culturais de nossos povos em benefício da colonialidade do poder e do saber (WALSH, 2005). Como segue:

A colonialidade do poder e do saber se entrelaçam, a imposição desse padrão de poder significou uma nova forma de legitimar ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre os dominados e dominante, a redução e sujeição das sociedades

⁴ Segundo Ballestrin (2013), o termo “pós-colonialismo” tem basicamente dois entendimentos. Um primeiro sobre o tempo histórico posterior ao processo de descolonização do “terceiro mundo”, ou seja, às independências, libertação e emancipação de sociedades exploradas pelo imperialismo (conceito teórico, elaborado por Vladimir Ilyich Ulianov em “Imperialismo: estágio superior do capitalismo”) e o neocolonialismo, especialmente em Ásia e África. A outra utilização do termo se refere a contribuições teóricas diversas, oriundas de muitos pensadores que buscaram, frente a diferença colonial, interceder pelo colonizado.

originárias a "camponesa e analfabeta" também assegurava o controle do conhecimento: [...] eles expropriaram das populações colonizadas – entre suas descobertas culturais – aquelas que eram mais adequadas para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu [...] eles suprimiram o máximo que puderam, ou seja, nas variáveis mensuradas conforme os casos, as formas de produção de conhecimento do colonizado, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e objetivação da subjetividade. A repressão nesse campo era sabidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América Ibérica, que condenaram a ser uma subcultura camponesa analfabeta, despojando-o de sua herança intelectual objetivada (QUIJANO, 2000).

Tendo realizado este “giro decolonial”, que nos situa frente a alguns problemas centrais da realidade social latino-americana, e seguindo a noção de agir localmente pensando globalmente, temos um pano de fundo inicial sobre o chamado “movimento epistemológico”, termo que nos apraz enquanto *dodiscentes*⁵, pois ouvimos diversos relatos sobre a expansão do monocultivo de soja nas pequenas propriedades da região, tornando inviável outras produções, e sentimos necessidade de estarmos repensando nossas relações, tornando-as mais horizontais, não falando *para* educandos, mas falando *com* educandos, aspecto fundamental da teoria Freireana, de um educador latino-americano que reivindicava pelo reconhecimento dos saberes e culturas populares. Entendemos que estes, a expansão capitalista entrelaçada com a matriz colonial de poder, são pressupostos importantes, pano de fundo vital para avançarmos nos debates sobre extensão universitária e sustentabilidade, que apesar de não serem novos, têm sido ressignificados, e ecoam novamente, demonstrando sua essencialidade.

Frente ao exposto até então e tendo em vista o fato de que não existe modernidade sem colonialidade, será que o que tem sido entendido como desenvolvimento pode ser considerado sustentável? Os ODS surgem como demandas extremamente relevantes e de alcance global, o que nos fornece um diagnóstico de nosso metabolismo social, qual seria o prognóstico? A resposta é atingir os dezessete objetivos⁶, entretanto, questionamos sobre os limites da promoção da sustentabilidade num modo de produção capitalista, que busca desenvolver técnicas articuladas com progresso social de produção, mas exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX, 2017). Alguns dos problemas que os ODS buscam superar, fazem parte da chamada “questão social”, quer dizer, das dificuldades sociais que são produzidas pela própria reprodução do sistema social vigente (MONTAÑO, 2012). Logo, evidencia-se novamente a necessidade de estarmos repensando nossa materialidade e racionalidade, que extensões queremos promover? Para que ensinamos? Que sustentabilidade queremos? Nos parecem questões centrais para continuarmos promovendo projetos que beneficiem a sociedade, contemplando

⁵ Dodiscência é um conceito criado por Paulo Freire, para nomear uma postura de eterno aprendiz por parte do(a) educador(a).

⁶ São eles: ¹. Erradicação da pobreza; ². Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; ³. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ⁴. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; ⁵. Igualdade de gênero; ⁶. Água limpa e saneamento; ⁷. Energia limpa e acessível; ⁸. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; ⁹. Inovação e infraestrutura; ¹⁰. Redução das desigualdades; ¹¹. Cidades e comunidades sustentáveis; ¹². Consumo e produção responsáveis; ¹³. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; ¹⁴. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares, e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; ¹⁵. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade; ¹⁶. Paz, justiça e instituições eficazes; ¹⁷. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

suas especificidades.

Assim, apresentamos algumas reflexões e questões que contribuem a pensar, a partir da nossa localidade, criticamente as relações entre “Brasil oficial” e “Brasil real”. Queremos dizer que, para estabelecer um diálogo com nosso povo do campo, é preciso contestar a noção de que estes são camponeses analfabetos, de alguma cultura inferior, esta hierarquia é parte da racionalidade da matriz colonial de poder. Também é equivocado aproximar-se deste espaço para “extrair” algum saber “escondido”, essa lógica extrativista e utilitária do outro também é parte da colonialidade, o que buscamos incitar é a comunicação, da forma mais horizontalizada possível, num país materialmente tão desigual. Além disso, buscamos uma educação ambiental crítica, com a ambientalização das lutas sociais e discussão acerca das injustiças ambientais, cientes de que uma relação de exploração/uso insaciável do meio em que vivemos e das pessoas que nos relacionamos, não pode ser sustentável.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- CALDART, R. S. *et al.* (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.
- CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- DUSSEL, E. **El encubrimiento del otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad**. La Paz: Plural; UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1994.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- LÖWY, M. Marx, Engels e a ecologia. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, n. 3, p. 90-102, 2004.
- LÖWY, M. **O que é o ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.
- MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 110, p. 270-287, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P. Geografia dos conflitos por terra no Brasil (2013): expropriação, violência e re-existência. *In*: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S., LAZZARIN, F. **Conflitos no campo: Brasil – 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2013, p. 18-26.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**, año 4, n. 7-8, 2000.
- RODRIGUES, G. R. *et al.* Visões do rural: uma exposição virtual como prática de curricularização da extensão em tempos de pandemia. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 27, n. 2, p. 201-208, 2022.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**: v. 2: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto: Afrontamentos, 1974.

WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**: reflexiones latinoamericanas. Quito: Universidad Andina Simon Bolivar/Abya-Yala, 2005.

Data de recebimento: 02/10/22

Data de aceite para publicação: 08/11/22